



SANEAMENTO DE GOIÁS S.A. - SANEAGO

CNPJ nº 01.616.929/0001-02

NIRE nº 5294073347-1

**ATA DA 79ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA GERAL
DA SANEAMENTO DE GOIÁS S.A. - SANEAGO**

Aos 05 (cinco) dias do mês de novembro do ano de 2001 (dois mil e um), às 10:00 horas, na sede social da Companhia, na Av. Fued José Sebba nº 570, Setor Jardim Goiás, em Goiânia-GO, em atendimento à convocação prévia e na forma legal, conforme edital de convocação publicado no jornal O Popular, dos dias 26, 27 e 28 de outubro de 2001, e no jornal Diário Oficial do Estado dos dias 29, 30 e 31 de outubro, reuniram-se, extraordinariamente, em Assembléia Geral, os acionistas da Saneamento de Goiás S.A. - SANEAGO. Constatada a presença de mais de 2/3 (dois terços) dos acionistas, como demonstra o livro de presenças, o Sr. ALCIDES RODRIGUES FILHO, Presidente do Conselho de Administração e representando o acionista majoritário, Estado de Goiás, na condição de Secretário do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Habitação, declarou aberta a sessão, que, após, cumpridas as formalidades legais, passou a palavra ao Engº Geraldo Ferreira Felix de Sousa, Presidente da SANEAGO, que, em observância ao art. 18 do Estatuto Social, deu por instalada a presente Assembléia Geral Extraordinária, solicitando ao plenário que elegeisse o seu presidente. Os Senhores Acionistas, por decisão unânime, resolveram que os trabalhos da presente Assembléia deveriam ser presididos pelo Sr. ALCIDES RODRIGUES FILHO, na condição de representante do acionista majoritário. Após ter assumido a presidência dos trabalhos, o Sr. Presidente escolheu a mim, José Fernandes Peixoto Júnior, para desempenhar a função de Secretário “ad hoc”. Em seqüência, por determinação do Senhor Presidente, foi procedida a leitura do Edital de Convocação, vazado nos seguintes termos: **“EDITAL DE CONVOCAÇÃO - O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SANEAMENTO DE GOIÁS S.A. - SANEAGO**, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 142, inciso IV, combinado com o art. 123, da Lei nº 6.404 de 15.12.76, convoca os Srs. Acionistas da Companhia para uma Assembléia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 05 de novembro de 2001, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, na Av. Fued José Sebba, 570, Setor Jardim Goiás, para deliberarem sobre a reforma do estatuto social, conforme pauta descrita: 1. alterar o item 1 da cláusula III, os itens 12, 14 e 16 da cláusula IV e a cláusula XI, da Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples da SANEAGO; 2. ratificar as demais cláusulas e condições, e autorizar a celebração de aditamento a Escritura de Emissão; 3. outros assuntos de interesse da Companhia. Goiânia, 25 de outubro de 2001. Alcides Rodrigues Filho. Presidente do Conselho. “Com a palavra, o Sr. Presidente submeteu aos Srs. Acionistas presentes o tema central desta reunião, que é a deliberação sobre alterações na Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples. Por unanimidade de votos, e sem quaisquer restrições, os acionistas deliberaram alterar o item 1 da cláusula III, os itens 12, 14 e 16 da cláusula IV e a cláusula XI da Escritura de Emissão, registrada no livro nº 03, fl. 01, sob o nº R-6.500, em 25.09.2001, no Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição, na Comarca de Goiânia, Estado de Goiás, os quais passarão a vigorar, respectivamente, com as seguintes redações: Cláusulas III, item 1 - O lançamento será público, com a conseqüente intermediação de instituições financeiras, para negociação no mercado de balcão organizado, adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição referido no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80. A presente emissão pretende atender primeiramente os clientes dos Coordenadores (pessoas físicas e jurídicas, investidores institucionais, fundos e fundações presentes no mercado nacional), entre eles sem qualquer ordem de preferência. Em seguida, serão atendidos os fornecedores e/ou prestadoras de serviços da Emissora, estes também, sem ordem de preferência. A distribuição será realizada através de apresentação de ordens de compra pelos investidores interessados e não será utilizada sistemática de sobras, lotes mínimos ou máximos. Cláusula IV, item 12 - Todos os atos e decisões decorrentes desta Emissão, que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos debenturistas, deverão ser veiculados, na forma de aviso, nos jornais “O Popular”, “Diário da Manhã” e no Diário Oficial do Estado de Goiás, com exceção aos avisos de início e de encerramento da Emissão, os quais deverão ser publicados no jornal “Gazeta Mercantil”. Cláusula IV, item 14, alínea “d” - O Agente Fiduciário verificou a regularidade da constituição da garantia ora contemplada e zelará pela manutenção, por parte da Emissora, da suficiência e exequibilidade da garantia, até a liquidação total das obrigações pecuniárias da Emissora, nos termos desta Escritura. Cláusula IV, item 16 - Os recursos provenientes da presente emissão serão utilizados para capitalizar a Emissora, como forma de antecipar a ela parte dos 8,0% (oito por cento) dos recursos financeiros que serão obtidos com a alienação da participação acionária do Estado de Goiás no capital social da Companhia Energética de Goiás (CELG), conforme já autorizado nos termos do inciso VI, artigo 1º da Lei do Estado de Goiás nº 13.707/2000. Estes recursos serão aplicados pela Emissora na (i) implantação da Estação de Tratamento de Esgotos; (ii) na despoluição do Rio Meia Ponte; e (iii) na construção



do Lago de Bela Vista. Para viabilizar seu plano de investimentos caso a captação pretendida com a presente emissão venha a se frustrar, a Emissora dirigenciará no sentido de (i) postergar os projetos acima previstos, até que se concretize a alienação da participação acionária do Estado de Goiás no Capital Social da Companhia Energética do Estado de Goiás e a consequente transferência, em benefício da Emissora, de 8,0 (oito por cento) dos recursos financeiros obtidos na referida alienação, (ii) explorar sua capacidade de geração de receita, (iii) obter financiamentos bancários, inclusive junto às instituições financeiras multilaterais, bem como efetuar novas tentativas de obtenção de recursos nos mercados nacional e internacional e/ou (vi) adiar os projetos acima previstos, bem como todas as demais obras e projetos constantes em seu plano de investimentos, até a obtenção dos recursos necessários para a sua consecução; Cláusula XI - Sem prejuízo da obrigação assumida pela Emissora na Cláusula IV, item 12 acima - PUBLICIDADE, todas as publicações legalmente exigidas da Emissora são e deverão continuar a ser feitas nos jornais “O Popular”, “Diário da Manhã” e no “Diário Oficial do Estado de Goiás”, com exceção aos avisos de início e de encerramento da Emissão, os quais deverão ser publicados no jornal “Gazeta Mercantil”. Por outro lado, os acionistas ratificaram todas as demais cláusulas e condições da Escritura de Emissão, não alteradas nessa Assembléia e deliberam, ainda, que a Escritura de Emissão seja aditada, para fazer constar as alterações deliberadas nesta Assembléia. Por fim, os acionistas deliberaram que a presente ata poderá ser publicada na forma de extrato, nos termos do parágrafo terceiro do art. 130 da Lei 6.404/76. Os senhores acionistas, em razão das alterações havidas na Escritura de Emissão, e aprovadas nesta reunião, fica autorizada a celebração do aditamento à referida Escritura. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião, da qual lavrou-se a presente ata, que segue assinada por todos os presentes. Esta é cópia fiel da ata lavrada no livro de atas da Assembléia Geral da Saneamento de Goiás S.A. - SANEAGO. Goiânia, 05 de novembro de 2001. José Fernandes Peixoto Júnior - Secretário “ad hoc”. Junta Comercial do Estado de Goiás. Certifico o registro em: 07.11.2001, sob o número: 52010938702, protocolo: 010938702. Maria das Graças C. D. de Assis - Secretária-Geral.